

Dos dentistas à habitação financiada pela CGD. O que mudou nas prioridades do PS?

IMPOSTOS Mais salário, IVA zero permanente, 500 euros em Certificados de Aforro para bebés e dentistas no SNS. PSD vê propostas socialistas como “receita para o desastre” e faz comparação com Sócrates.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

Se para as legislativas de 2024 as prioridades do PS passavam pelo IRS Jovem, por uma “garantia pública ao financiamento bancário” – para que pessoas com menos de 40 anos e sem habitação própria comprassem casa –, ou óculos gratuitos para crianças pagos pelo Estado, este ano o partido quer financiar a construção de habitação pública através de “uma dotação anual, financiada por parte dos dividendos” da Caixa Geral de Depósitos, reduzir vários impostos (incluindo tornar permanente o IVA Zero num cabaz selecionado de alimentos), um salário mínimo de 1110 euros até 2029 e ainda melhorar o acesso da população a dentistas.

É “o fim das contas certas”, disse ontem o ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida,

na sede do PSD, acusando o atual programa eleitoral socialista de ser também o “enterro do equilíbrio orçamental do Estado”, acabando até por comparar o líder do PS, Pedro Nuno Santos, a José Sócrates.

“O programa do PS limita-se a propor uma diminuição significativa da receita fiscal e, ao mesmo tempo, um aumento da despesa estrutural do Estado”, sustentou o ministro, acrescentando que o documento é “irrelevante do ponto de vista económico”.

“Se este programa alguma vez fosse aplicado, Portugal voltaria ao tempo do empobrecimento que terminou na bancarrota. Pedro Nuno Santos seria o novo José Sócrates”, rematou Castro Almeida, completando com um vaticínio: “[Portugal] deixaria de ter possibilidade de aumentar as pensões e

os salários da Função Pública, não teria qualquer hipótese de baixar o IRS, deixaria de ter um dos maiores crescimentos da União Europeia.”

Também o primeiro-ministro, Luís Montenegro, logo após a apresentação do programa eleitoral do PS, no sábado, comparou a liderança socialista de Pedro Nuno Santos à de Sócrates, por “prometer tudo a toda a gente”.

Como reação, o líder do PS afirmou: “Metade do que ele [Montenegro] diz sobre o que nós fizemos é verdade. Metade é falso, nós não prometemos tudo, mas a outra metade é verdadeira.”

O programa eleitoral do PS prevê ainda a aplicação da “taxa reduzida de 6% do IVA a toda a fatura da eletricidade para as famílias com potência contratada até 6,9 kilovoltampere”, o que passaria a

“[Montenegro] tentou passar a ideia de que aquilo que nós estávamos a apresentar não era pagável, que nós éramos irresponsáveis. Nós, que deixámos o país com excedente orçamental histórico.”

Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS

“Se este programa alguma vez fosse aplicado, Portugal voltaria ao tempo do empobrecimento que terminou na bancarrota. Pedro Nuno Santos seria o novo José Sócrates.”

Manuel Castro Almeida
Ministro da Coesão Territorial

“Eu não posso querer que o plano de um partido para um país seja ter uma classe média que só consegue pagar uma casa com recurso a apoio à renda, porque não consegue controlar o mercado.”

Mariana Mortágua
Coordenadora do BE

“O PS vem propor um décimo e ainda por cima não tem a lisura de dizer que é uma ideia do Livre, de que roubaram um décimo.”

Rui Tavares
Porta-voz do Livre

beneficiar “5,3 milhões de consumidores, em vez dos 3,4 milhões já abrangidos”. Em 2024, a proposta do PS mais semelhante a esta passava por “aplicar a taxa de 6% aos primeiros 200 quilowatts (kWh) por hora”.

Continuando o corte nos impostos, os socialistas prometem “reduzir em, pelo menos, 20% o IUC dos veículos até média cilindrada, matriculados após 1 de julho de 2007”.

No que diz respeito a mobilidade, há um ano, o programa socialista previa a criação de “um incentivo anual à aquisição de serviços de reconversão de veículos a combustão para veículos de emissões nulas com idade até 20 anos”.

Na Saúde, o PS atualiza uma proposta de 2024 e vai mais longe no alargamento do acesso a dentistas através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com a criação de “350 gabinetes de médico-dentista em todos os concelhos do país”, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O mesmo acontece com psicólogos, com a promessa de criação de 300 gabinetes no SNS.

Para o PS, de acordo com o documento, a habitação surge como “o maior desafio”. Por isso, propõe, para além de aplicar os dividendos da CGD à construção de mais casas, “simplificar e uniformizar o acesso aos apoios ao arrendamento, alargando a base de incidência dos atuais apoios, assegurando que todas as famílias com taxa de esforço elevada, incluindo as da classe média, têm acesso a um apoio ao pagamento da renda”.

Em reação a esta medida, o líder do BE, Mariana Mortágua, defendeu que “o apoio à renda é um subsídio do Estado à especulação imobiliária e às rendas altas”, afirmando, de forma retórica, estar incrédula por “o plano de um partido para um país” ser “ter uma classe média que só consegue pagar uma casa com recurso a apoio à renda porque não consegue controlar o mercado”.

Sobre a proposta de criar o programa “Pé-de-Meia”, que é descrito no documento socialista como um apoio do Estado que passa por atribuir “500 euros em Certificados de Aforro a cada criança nascida”, o porta-voz do Livre Rui Tavares acusa o PS de a ter roubado ao seu partido. “O PS vem propor um décimo e ainda por cima não tem a lisura de dizer que é uma ideia do Livre de que roubaram um décimo”, afirmou.



Pedro Nuno Santos
apresentou o programa
eleitoral do PS no sábado.